

Movimentos sociais e saúde ambiental no estado do Rio de Janeiro: contribuições para uma reflexão nacional

Movimentos Sociais e Saúde Ambiental no RJ

Social movements and environmental health in Rio de Janeiro: contributions for national reflections

Los movimientos sociales y la salud ambiental en el Estado de Rio de Janeiro: aportes para promover la reflexión a nivel nacional.

Eduardo Stotz ¹
Frederico Peres ²

RESUMO

Movimentos sociais são formas de ação coletiva mais ou menos permanentes, pautadas por distintos projetos, orientações e significados, empenhados na luta pela igualdade, liberdade e democratização das relações sociais. No campo da Saúde Ambiental, é destacado o papel desses movimentos na construção de uma agenda política, cuja expressão máxima se traduz na organização da I Conferência Nacional de Saúde Ambiental, em dezembro de 2009, na cidade de Brasília. O presente manuscrito apresenta algumas contribuições para a discussão sobre as relações entre os movimentos sociais e a construção de uma agenda política para o campo da Saúde Ambiental, a partir de uma análise crítica da atuação dos principais grupos envolvidos com o campo no estado do Rio de Janeiro. Através da análise de documentos (relatórios finais, cartas de princípios, documentos síntese, etc.) produzidos em fóruns onde a atuação desses movimentos teve destaque, foi possível observar que a atuação desses movimentos sociais pautou e deu a tônica dos conflitos socioambientais no estado do Rio de Janeiro colocando, de um lado, o Poder Público e as políticas desenvolvimentistas e, de outro, a sociedade e a preocupação com a preservação de recursos naturais e da qualidade do ambiente. Seja no campo, onde se torna cada vez mais urgente a busca por outro tipo de desenvolvimento

¹ Departamento de Endemias Samuel Pessoa, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. Rua Leopoldo Bulhões 1480 – Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ 21041-210. eduardostotz@gmail.com

² Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. Rua Leopoldo Bulhões 1480 Prédio 1º de Maio-CESTEH. Sala 29 - Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ 21041-210. fperes@fiocruz.br

econômico, ou nas cidades, onde o crescimento desordenado, delimitado por forças motrizes de ordem estritamente econômica, gera diferentes tipos de pressão que alteram o estado do ambiente e colocam um contingente populacional cada vez maior em situação de vulnerabilidade socioambiental, a pauta dos movimentos sociais em torno das questões socioambientais é extensa, e exige uma atenção especial por parte do Poder Público.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos Sociais; Saúde Ambiental; Rio de Janeiro; Relações Sociais.

ABSTRACT

Social movements are forms of collective action of a somewhat permanent nature, guided by different projects, guidelines and meanings, engaged in the struggle for equality, freedom and democratization of social relations. In the field of Environmental Health, the role of these movements is emphasized in the building of a political agenda whose ultimate expression is reflected in the organization of the First National Conference on Environmental Health in December 2009, in Brasilia. This manuscript presents some contributions to the discussion on the relationship between social movements and the construction of a political agenda for the field of Environmental Health, through a critical analysis of the performance of key players in the field in the state of Rio de Janeiro. Using the analysis of documents (final report cards, principles, synthesis documents, etc.) produced in arenas where the actions of these movements were prominent, it was observed that their performance has guided the tone of the social and environmental conflicts in Rio de Janeiro, placing it on one hand on the side of Government and development policies and, on the other, on society and the collective concern for natural resources preservation and environmental quality insurance. Whether in rural areas, where there is an increasingly urgent quest for an alternative type of economic development, or in cities, where uncontrolled growth led by purely economic driving forces, generating different types of pressure that interfere in the condition of the environment forcing a growing contingent of the population in situations of environmental vulnerability, all imply that the agenda of social movements around environmental issues is extensive and requires special attention of the Governmental sector.

KEY-WORDS: Social Movements; Environmental Health; Rio de Janeiro; Social Relations.

RESUMEN

La movilización social es una modalidad de acción colectiva que puede ser permanente y es orientada por los diferentes proyectos, directrices y conceptos que intervienen en la lucha por la igualdad, la libertad y la democratización de las relaciones sociales. En el ámbito de la salud ambiental, se destaca el papel de la movilización social en la creación de una agenda política cuya máxima expresión se refleja en la organización de la Primera Conferencia Nacional sobre Salud Ambiental que se realizará en diciembre de 2009 en Brasilia. En este documento se presentan algunos aportes al análisis de la relación entre la movilización social y la creación de una agenda política en el campo de la Salud Ambiental a partir del análisis crítico del desempeño de los grupos activistas en este asunto en el estado de Río de Janeiro. A través del análisis de documentos (p.ej.: informes, cartas de principios, documentos de síntesis, etc.) elaborados en los foros donde la acción de estas movilizaciones fue un punto culminante, se observa que ellas han guiado el tono de los conflictos sociales y ambientales en Río de Janeiro, colocando al Gobierno y las políticas de desarrollo en un lado y a la sociedad y el interés por la preservación de los recursos naturales y la calidad ambiental en otro. Tanto en el campo, donde es cada vez más urgente la búsqueda de otro tipo de desarrollo económico, o en las ciudades, donde el crecimiento incontrolado definido por la motivación de carácter exclusivamente económico, se generan diferentes tipos de presión y asimismo se altera el estado del medio ambiente. Esto aumenta la exposición de la población general a situaciones de vulnerabilidad social y ambiental. La agenda de los movimientos sociales en torno a los aspectos ambientales es amplia y requiere que el sector gubernamental prodigue atención especial a este tema.

PALABRAS CLAVE: Movimientos sociales; Salud ambiental; Río de Janeiro, Relaciones sociales.

INTRODUÇÃO

A 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental (CNSA), realizada em 09 e 12 de dezembro de 2009, sob a convocação dos Ministérios das Cidades, do Meio Ambiente e da Saúde, tem como tema “A saúde ambiental na cidade, no campo e na floresta: construindo cidadania, qualidade de vida e territórios sustentáveis”. Ao vislumbrarmos a importância política e o sentido histórico dessa iniciativa, nos damos conta do esforço a ser despendido para impulsionar a “pesada carroça da história” em nosso país, deixando para trás o desprezo histórico em relação à problemática social-ambiental. Esse desprezo gerou consequências

desastrosas para a nossa sociedade e a biodiversidade, na atualidade e projeta-se para o futuro.

Neste esforço vale destacar, inicialmente, a relevância da definição dos delegados, com direito a voz e voto, encaminhada no Regimento Interno da 1ª CNSA.

A representação e a proporcionalidade dos diversos segmentos, observada a paridade entre homens e mulheres e a preocupação com a questão do gênero, expressa a decisão política de transformar a saúde ambiental em tema na agenda do Estado brasileiro, capaz de ser assumida como uma política pública de relevante interesse social. Daí a importância conferida, a nosso ver, aos movimentos sociais e aos trabalhadores formais e informais na representação e proporcionalidade dos delegados para debater e encaminhar o enfrentamento da problemática sócio-ambiental.

Entendemos por movimentos sociais as formas de ação coletiva mais ou menos permanentes, pautadas por distintos projetos, orientações e significados, empenhados na luta pela igualdade, liberdade e democratização das relações sociais. Por essas características, os movimentos revelam problemas, oferecem uma nova leitura da realidade ao apontar os problemas fundamentais da desigualdade e da injustiça e destacar as experiências e saberes construídos na tentativa de seu equacionamento. (GOSS e PRUDENCIO, 2004).

Devemos ter em mente a diversidade de sujeitos coletivos que, por convocação dos Ministérios da Cidade, do Meio Ambiente e da Saúde, estarão participando desta 1ª CNSA. A unidade de pensamento e de ação em torno de questões em comum será o resultado do diálogo e de um processo de aprendizagem que não se esgotará no âmbito da conferência. Ao se propor a lutar contra as desigualdades sócio-ambientais nas cidades, no campo e na floresta, de modo articulado, os movimentos sociais têm como pressuposto comum a defesa da vida humana e não-humana como critério para avaliar desenvolvimento econômico, organização da sociedade e políticas de estado; por outro lado, o método de atuação usual nos movimentos correlaciona o conhecimento sobre uma determinada problemática sócio-ambiental à intervenção destinada a resolvê-la sob a perspectiva do direito social. O que significa dizer que não ocorre dissociação entre a identificar, conhecer e lidar com os problemas, pois o valor do conhecimento é definido pelas respostas dadas aos interesses sociais.

O significado político deste papel dos movimentos sociais face à problemática sócio-ambiental diz respeito à construção no Brasil, da esfera pública democrática, ensaiada desde a Constituição de 1988, sob as diversas modalidades de controle social, mas agora com a possibilidade de ser pautada, na relação entre sociedade civil e estado, à definição da agenda, das prioridades, das diretrizes das políticas, bem como de sua implementação e avaliação de modo integrado nas áreas urbana, rural e de floresta. O reconhecimento pleno do protagonismo dos movimentos introduz a gestão democrática das políticas públicas, abrindo-a aos interesses e olhares dos diferentes grupos da sociedade na ótica do direito social.

O objetivo geral da 1ª CNSA, preparada nos municípios, regiões e estados, é formular propostas para a reorientação das políticas públicas voltadas para crescimento urbano, o desenvolvimento econômico e o sistema de atenção à saúde. Ao assumir esse objetivo, os participantes se propõem enfrentar um desafio de grande magnitude, pois uma das heranças do período neoliberal, a “reprimarização” do comércio exterior com o superincentivo às exportações de produtos básicos, como soja e minérios, de baixa agregação de valor industrial imposta como solução ao Brasil desde a crise cambial de 1999, cristalizou-se na estrutura da economia brasileira, a qual tem sido continuamente reforçada. A “reprimarização” do comércio exterior tem levado, nas palavras de Guilherme Delgado (GOSS e PRUDENCIO, 2004) “uma virtual ditadura da expansão das commodities” a um custo social e ambiental altamente nocivo ao povo brasileiro e insustentável na escala planetária.

A variável independente do desenvolvimento é, portanto, a econômica. Isso porque, sob o sistema capitalista, tudo tende a ser transformado em mercadoria e ser avaliado nesses termos. Não é a utilidade de um produto ou serviço que predomina ou é prioritário, mas o valor de troca, pois a mercadoria precisa ser vendida para realizar o lucro das empresas nas quais foi produzida. Aumentar continuamente esse processo com aumento da margem de lucro requer tecnologia, a qual independe relativamente dos seus usos e das chamadas ‘externalidades’ do sistema capitalista. Sabemos ser um tema polêmico no âmbito das ciências sociais, inclusive porque requer a adoção de uma teoria social em torno da qual não há consenso conforme Benakouche (2005), Andrioli (2008) e Stahel (1995).

Isto posto, o presente manuscrito objetiva trazer alguns subsídios para uma discussão nacional sobre o papel dos movimentos sociais na construção de uma agenda política para o campo da Saúde Ambiental brasileira, a partir de uma

análise crítica da atuação de alguns movimentos ambientalistas e da saúde no estado do Rio de Janeiro.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Até 1970, não havia qualquer consideração sobre o ambiente: os fluxos de matéria e energia, de apropriação e de rejeitos eram indiferentes aos investidores de capital. Da mesma forma, a exploração de recursos naturais como água potável era vista como inesgotável. A poluição do ambiente natural e o desmatamento decorrentes do desenvolvimento eram “externalidades”, ou seja, efeitos de uma decisão sobre aqueles que não participaram dessa decisão.

Contrariamente aos custos do trabalho, matéria-prima e insumos como energia elétrica ou outra, os custos dos efeitos como poluição, erosão, salinização, etc. decorrentes dos fluxos de energia e matéria envolvidos no ciclo do investimento do capital, eram considerados como externos aos interesses do capital. Eram custos ‘pagos’ pela população ou pela sociedade como um todo por meio do Estado, mas sem preços a ser contabilizados pelas empresas. Esses custos deixavam de ser considerados no funcionamento do mercado. Para usar a linguagem corrente nesse âmbito, a eficiência na alocação do investimento – o retorno esperado ou margem de lucro – será sempre definida pela opção mais barata de produzir, via de regra poluidora e destrutiva e socialmente embrutecedora e aviltante. Assim, o mercado não funciona segundo seus próprios princípios: orientar a aplicação de recursos econômicos para usos racionais.

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, realizada de 5 a 16 de junho de 1972 em Estocolmo, a relação entre economia e ambiente foi posta em questão do ponto de vista da sustentabilidade do desenvolvimento (STOTZ et al, 1992). A equação somente “fechava” com a intervenção do Estado. De fato, a regulação estatal é que impõe a assunção dos custos ambientais, ao proibir uso de certos produtos, aplicar impostos sobre ou subsídios para certas atividades econômicas. A racionalidade ambiental advém da intervenção do estado. Contudo sempre houve uma forte reação das empresas a esta regulação do mercado. Na medida em que as externalidades são geradas na esfera privada, mas seus custos são assumidos na esfera pública, estabelece-se o que Heibroner denomina de “guerra de fronteiras entre a esfera privada e a esfera pública”. O problema é que essas esferas não estão delimitadas claramente, o que “na prática favorece as decisões privadas em detrimento da sustentabilidade” (HEIBRONER, 1994), ou

seja, sem a observância de possíveis conseqüências nefastas do ponto de vista social e ambiental.

Por outro lado, a maioria da sociedade apenas começa a questionar essa forma de desenvolvimento. Participa de modo subordinado dela. Como se assinala na Carta de Arraial do Cabo, assinada pelos movimentos Verdejar e Ressurgência em 2001,

“Os movimentos dos capitais atraem populações em busca de remuneração para assegurar a sobrevivência. Nesses movimentos todos participam, em graus e magnitude bastante distintos, da degradação ambiental. Mas enquanto as empresas exploram o ambiente enquanto recurso econômico, as famílias usam o ambiente predominantemente enquanto meio de sobrevivência” (CARTA, 2001).

Falar em questão ambiental significa considerar interesses sociais distintos no uso e na apropriação do ambiente. Em outros termos, não há ambiente sem problemas e, decorrência de seu agravamento, sem conflitos sócio-ambientais.

MOVIMENTOS SOCIAIS E CONFLITOS AMBIENTAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Na configuração dos principais conflitos sócio-ambientais no Brasil e no estado do Rio de Janeiro encontra-se o gigantesco passivo ambiental do desenvolvimento econômico dos últimos 60 anos.

Quando falamos em passivo ambiental, devemos ter em mente, inicialmente, o imenso problema da falta de saneamento básico nas cidades e no campo. Apesar do aumento da oferta de água, a coleta de esgotos, o tratamento de efluentes e a coleta de lixo continuam a afetar quase a metade da população brasileira, o que significa dizer a mais pobre. Estima-se que investimentos da ordem de 10 bilhões de reais por ano teriam de ser realizados até 2029 para que os serviços de água e esgoto fossem universalizados. As lutas populares pelo saneamento básico remontam pelo menos ao começo da década de 1980. Uma das características dessas lutas tem sido a de pensar a urbanização como melhoria da qualidade habitacional fruto da autoconstrução e, portanto, sem as remoções típicas da época da ditadura militar. Outra, como o exemplo do Fórum Social de Manguinhos na cidade do Rio de Janeiro aponta, é a luta pela gestão democrática das cidades (LIMA et al, 2009).

Esse passivo resulta também da acelerada implantação de indústrias e da monocultura e pecuária extensiva no campo e, portanto, dos planos de desenvolvimento implementados pelo estado nos diferentes níveis de governo. Na bacia do Rio Paraíba do Sul, por exemplo, continuam a ocorrer despejos industriais sem tratamento e catástrofes ambientais provocados por grandes empresas, com mortalidade da fauna aquática e comprometimento do abastecimento de água para a região urbana e rural de abrangência.

Não é possível elaborar aqui um diagnóstico dos conflitos sócio-ambientais decorrentes de tal processo, mas cabe situar alguns casos ilustrativos para destacar a relevância dos movimentos sociais.

Uma das áreas de conflito sócio-ambiental no estado é a da Baía de Sepetiba, tendo Itaguaí como centro urbano de referência. Aliás, é importante observar que o município foi descartado como opção para a implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) da Petrobrás devido a saturação das emissões nas empresas instaladas na região (GILUJANI, 2007). Essa saturação inclui o enorme passivo ambiental deixado por empresas como a Ingá Mercantil na Bacia de Sepetiba que tem se agravado por conta das obras do consórcio empresarial Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), formada pela empresa alemã Thyssen Krupp e Vale do Rio Doce. A dragagem de 20 milhões de m³ de lama contaminada por cádmio, zinco e arsênio oriundos da Ingá revolve o fundo do mar e o espalha pela baía, destruindo a biodiversidade e ameaça a sobrevivência 8.075 famílias de pescadores artesanais e maricultores da região.

Denúncias de crimes e protestos contra dumping trabalhista, contaminação por metais pesados e ameaças a pescadores, praticadas pelo consórcio TKCSA junto a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro têm caracterizado a atuação do fórum de entidades como a Associação de Aquicultores e Pescadores da Pedra da Guaratiba, de Barqueiros e Pescadores de Itacuruçá, da FAPESCA. CONFAPESCA, da Central dos Movimentos Populares e do Instituto de Políticas Alternativas para o cone Sul (PACS), dentre outras, desde pelo menos 2006.

A ampliação de áreas portuárias no estado do Rio de Janeiro, em conexão com grandes investimentos de capital é outro foco de conflitos. É o que acontece no caso do Porto do Forno, em Arraial do Cabo. A administração portuária do município que atendia à Companhia Álcalis, fechada recentemente após sua privatização no governo de Fernando Henrique Cardoso, busca o licenciamento

junto ao IBAMA, uma vez que o porto fica na área da Reserva extrativista Marinha de Arraial do Cabo (Resex) e opera sem documentos há 80 anos. Atualmente funciona como carga e descarga de rebocadores a serviço da Petrobrás (FNE, 2009).

A luta pela preservação do patrimônio marinho dessa bela porção de nosso litoral – talvez um dos mais belos do país – volta à tona com as audiências públicas, realizadas em 03 e 18 de julho do corrente para, respectivamente, discutir a licença ambiental do Porto do Forno e a perfuração marítima da Bacia de Campos, em área a 70 km de distância da costa do município. Em ambos os casos, a articulação dos movimentos sociais com alguns setores da sociedade civil proporcionaram o debate e o engajamento de mais de duas mil pessoas (somando as duas audiências) em torno da discussão sobre sustentabilidade ambiental local e o desenvolvimento econômico. Os resultados de ambos os empreendimentos ainda são incertos, mas com certeza a mobilização criada dificilmente irá se dissipar.

Outra área de conflitos sócio-ambientais localiza-se no norte-noroeste do estado e está demarcada pela questão agrária. Como problemas merecem destaque o cultivo extensivo de cana de açúcar, a ser ampliado na região de Campos tendo em vista a reativação da produção de álcool combustível e a abertura de áreas rurais no noroeste do estado para o plantio de eucaliptos com vistas a fornecer matéria-prima para a indústria de celulose. Ambos os processos põe em questão a pequena propriedade e trazem a conseqüente deterioração ambiental e a perda da soberania alimentar. Para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a luta pela Reforma Agrária encontra muitas dificuldades no estado do Rio de Janeiro, a exemplo do caso do Acampamento Terra Livre, localizado no município de Resende, onde 35 famílias lutam para produzir alimentos há 10 anos sem regularização. Há situações mais trágicas, como a do acampamento Oziel Alves em Campos com 100 famílias, despejado violentamente para o plantio de cana na Usina Cambahyba, empresa com múltiplas denúncias de crime ambiental, trabalho degradante e uma grande dívida com a União e o acampamento Terra Prometida, retirado de Santa Cruz, na baía de Sepetiba, para a instalação da CSA, com graves denúncias de crime ambiental. A Via Campesina e outros movimentos sociais consideram que o direito à terra e à alimentação constituem pressupostos da democracia efetiva no país.

Também é importante destacar os movimentos de pequenos produtores rurais da região serrana do estado. Inicialmente desarticulados e inseridos

marginalmente no mercado de comercialização de produtos alimentícios do nosso estado, grupos de pequenos produtores rurais passam a se articular, cada vez mais, em cooperativas e associações locais / regionais, como estratégia não apenas para uma melhor inserção no mercado, mas também como forma de garantia de um espaço para produzir, ante o crescente aumento das áreas de preservação ambiental na região. Na região da APA do Macaé de Cima, por exemplo, grupos organizados de pequenos produtores têm levado os órgãos governamentais dos setores meio ambiente e agricultura a repensar as práticas de zoneamento de áreas de proteção ambiental, garantindo espaço para a produção tradicional (nem sempre isenta de riscos, como aqueles representados pelo uso de agrotóxicos e insumos químicos no processo de produção) e aproveitamento econômico de terras na região. Nesse caso, o outro lado dos conflitos socioambientais.

Não poderíamos deixar de mencionar também: o movimento dos trabalhadores-catadores de material reciclável do Aterro Controlado de Jardim Gramacho que, por pelo menos três ocasiões nas últimas duas décadas, deixaram a região metropolitana do Rio de Janeiro sem ter como escoar seu lixo, ante o fechamento / bloqueio do acesso ao aterro, como forma de reivindicação de melhores condições de trabalho e garantia daquela atividade; o Observatório de Favelas e outros movimentos congêneres, com destacado papel na luta contra a violência e as injustiças sociais, mas também preocupados com o crescimento das favelas e a ocupação de áreas naturais; os movimentos pela preservação dos manguezais, um dos mais característicos biomas de nosso estado, que abriga diversos grupos populacionais que vivem da pesca e da coleta de caranguejos; a AS-PTA e sua luta por melhores e mais seguras técnicas de produção agrícola, com particular destaque para a proteção de trabalhadores rurais dos efeitos nocivos de agrotóxicos e, recentemente, pela restrição ao uso de sementes geneticamente modificadas / transgênicos. E tantos outros, que fazem do estado do Rio de Janeiro um importante cenário para as lutas e conquistas de melhores condições de vida, de saúde, de trabalho e, primordialmente, pelo uso racional de recursos naturais, tendo como horizonte o princípio da sustentabilidade.

DESAFIOS À CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA POLÍTICA PARA AS QUESTÕES SÓCIO-AMBIENTAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A agenda da saúde ambiental no Estado do Rio de Janeiro, a par de dar conta do passivo ambiental, precisa levar em conta o cenário de desenvolvimento que se delinea no momento. Grandes investimentos vão alterar completamente as

condições de vida da população no estado do Rio de Janeiro na próxima década.

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) da Petrobrás será o de maior impacto porque exige uma interligação entre áreas de produção e distribuição que atravessa o estado de norte a sul, requer grande disponibilidade de água e energia e uma vasta malha rodoviária, a exemplo do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, tendo ainda efeitos difusos sobre o mercado imobiliário em toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O Comperj, considerado (GILUANI, 2007) o maior empreendimento individual na história da Petrobrás até o momento, envolve um investimento estimado em 15 bilhões de reais e a previsão de abrir 200 mil postos de trabalho, direta e indiretamente e por efeito de renda. Previsto para operar a partir de 2012, o Comperj tem por objetivo refinar 150 mil barris diários de petróleo pesado provenientes da Bacia de Campos (Marlin) por meio de dutos no que demandará a disponibilidade de 1.200 litros de água por segundo, tendo em vista a fabricação de resinas plásticas destinadas a indústrias de bens de consumo como portas de geladeira e peças de carros (Rima-Comperj).

A mobilização social em torno da implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), no município de Itaboraí, tem ocupado a pauta de diversos grupos, como associações de pescadores, de pequenos produtores rurais e de catadores-extrativistas das áreas de Manguezal. O debate ainda não é muito amplo e os interesses bastante difusos, mas há um consenso importante acerca da necessidade de garantir a sustentabilidade socioambiental face o desenvolvimento econômico gerado pelo projeto.

A superação do modelo de desenvolvimento subjacente aos projetos de investimento requer atenção para algumas novas particularidades da questão ambiental.

Historicamente o ambiente tem sido como vimos, o suporte passivo do desenvolvimento capitalista, apresentado como única forma de gerar empregos e renda, ao custo de destruir todas as formas não-capitalistas de produção e de trabalho, a exemplo da agricultura camponesa. O custo ambiental ainda é visto como uma externalidade do “desenvolvimentismo” tal como num jogo de soma zero, no qual somente um ganha e todos os demais perdem.

Contudo, desde o final dos anos 1990, os governos do EUA e da União Européia passaram do consumo de massa sem qualidade para o consumo sofisticado que leva em conta problemas sanitários, ambientais, a proteção das crianças, etc. Em outros termos, nos centros avançados, o capitalismo transforma pressões sociais em características ou “selos” de mercadorias. Já se abandonou aí a idéia de que o ambiente seja uma externalidade. Pelo contrário, faz parte dos custos de produção e, logo, de comparação no mercado mundial. A inclusão do ambiente como cláusula nos contratos de financiamento do Banco Mundial e o rebaixamento da tarifas no comércio externo agem no sentido da universalização da questão ambiental.

É por isso que tem se alegado ser o ambientalismo uma ideologia do protecionismo disfarçado, ou seja, a “defesa do meio ambiente e dos direitos humanos” bloquearia o desenvolvimento econômico dos países ‘emergentes’. Mas do que se trata, realmente? De que as empresas nos países ‘centrais’ que operam com padrões ambientais (muitos dos quais duvidosos, como os movimentos contra os transgênicos europeus procuram denunciar) são contrárias à concorrência “pirata”, como assinala Odilon Vargas Toledo “que não gastam um centavo para evitar a destruição do ambiente em torno e que barateiam ainda mais seus custos utilizando trabalho infantil e semi-escravo (para não falar dos incentivos fiscais, anistias periódicas)”.

Sob esse aspecto há de se lembrar a tentativa recorrente de separar as “boas” e as “más” empresas, esquecendo-se de lembrar a articulação de interesses entre ambas, como acontece na terceirização das fornecedoras de cana de açúcar das usinas de álcool combustível, onde a fiscalização do Ministério Público do Trabalho tem constatado a exploração de ‘trabalho escravo’.

Por outro lado, as vinculações com o comércio externo têm obrigado à revisão da postura de que o ambiente é uma externalidade com a apropriação do discurso ambientalista. A defesa da “paz nas fronteiras” (MÜLLER, 1999) implica a admissão de que os custos ambientais, por serem tanto privados como públicos, precisam ser partilhados entre as empresas e a sociedade, por meio da intervenção do Estado. Contudo este é pressuposto equivocado, uma vez que os danos resultam, em geral, da infração de medidas legais por parte das empresas. Assim sendo, a defesa desse tipo de solução pode legitimar, na verdade, uma ressocialização dos custos ambientais das empresas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do conjunto dos aspectos aqui abordados, do passivo ambiental aos desafios de curto e médio prazos parece-nos imprescindível repensar a relação entre movimentos sociais e o Estado para induzir mudanças no desenvolvimento econômico na perspectiva da sustentabilidade sócio-ambiental. Uma utopia? Talvez, mas uma utopia pedestre, alcançável no espaço de uma geração que se recusa a conviver com a pobreza e a desigualdade num mundo ameaçado por eventos catastróficos do ponto de vista climático e perda trágica da biodiversidade.

Voltando a atenção para o presente, a pauta dos movimentos sociais em torno das questões socioambientais em nosso estado ainda é extensa, e exige uma atenção especial por parte do Poder Público. Seja no campo, onde se torna cada vez mais urgente a busca por outro tipo de desenvolvimento econômico, capaz de superar, por exemplo, tanto a poluição 'difusa' por meio da agricultura familiar como a poluição 'controlada' pela agricultura de precisão nas fazendas capitalistas de soja. Ou nas cidades, onde o crescimento desordenado, delimitado por forças motrizes de ordem estritamente econômica, gera diferentes tipos de pressão que alteram o estado do ambiente e colocam um contingente populacional cada vez maior em situação de vulnerabilidade socioambiental.

Organizações como a Rede Brasileira de Justiça Ambiental e a diversidade de fóruns constituídos em torno de bacias hidrográficas e marinhas e de grandes projetos deixam evidente a aspiração ao protagonismo político por parte dos movimentos sociais.

Um passo importante para o enfrentamento dos desafios sócio-ambientais foi dado com a assinatura da Portaria no. 383, de 2 de junho de 2009, do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA). Conforme o artigo 1º da portaria, o empreendedor será obrigado a incluir no Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), "capítulo específico sobre as alternativas de tecnologias mais limpas para reduzir impactos na saúde do trabalhador e no meio ambiente, incluindo poluição térmica, sonora e emissões nocivas ao sistema respiratório. Importante, porque supera a histórica divisão entre a proteção à saúde dos trabalhadores e à saúde ambiental e sinaliza a conjugação de emprego e ambiente como requisitos do desenvolvimento econômico-social. Abre-se o caminho para que protocolo do MMA, como dispõe o parágrafo único do artigo 2º, "com a central sindical à qual o sindicato da categoria majoritária no empreendimento" resulte na instituição, com base nas comissões internas de

prevenção de acidentes (CIPAS), outras organizações nos locais de trabalho e na atuação do movimento sindical, de um sistema no qual os problemas para a saúde dos trabalhadores possam funcionar como eventos sentinela da saúde ambiental.

Mas o assunto ainda está pendente de um pronunciamento do Supremo Tribunal Federal face à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4283, ajuizada pelo Partido dos Democratas (DEM) “em defesa interesses das grandes construtoras, mineradoras, estaleiros, indústria de transporte naval que atuam em áreas como Amazônia, Mata Atlântica e outras, que nesse Ato junto ao STF estão representadas pelo Democratas.” (NCPAN, 2009).

Seja em qual contexto for, o olhar atento sobre as demandas, as pautas e propostas dos movimentos sociais na área da saúde ambiental significa não apenas o respeito aos anseios de uma grande parcela de nossa população, quase sempre incluída de forma precária em nossa estrutura social, mas também um compromisso ético-político – de gestores, profissionais, agentes públicos – pela garantia de uma participação democrática e ampla nos diversos fóruns e espaços de tomada de decisões pela superação do modelo desenvolvimentista vigente, tendo como marco e princípio a sustentabilidade socioambiental em nosso estado.

Agradecimentos: Carla Moura Pereira Lima, pela revisão e sugestões de melhoria do texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIOLI, A. A Atualidade de Marx para o Debate Ambiental. *Crítica Marxista* n. 27, p. 11-25, 2008. Disponível em <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt2/sessao3/Antonio_Andrioli.pdf>

BENAKOUCHE, T. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Org.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 79-106.

GOSS, K.P. e PRUDENCIO, K. O conceito de movimentos sociais revisitado. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v. 2, n.1., 2004. Disponível em <<http://www.emtese.ufsc.br>>.

Tempus. *Actas em Saúde Coletiva*, vol. 4, n. 4, p. 100-110. 2009.

CARTA. Carta de Arraial do Cabo assinada pelos movimentos Ressurgência e Verdejar. Arraial do Cabo, 17 de novembro de 2001. Texto impresso, s/ed.

DELGADO, G. "Reprimarização" da economia no biênio: 2008/2009 e suas implicações. Rádio Agência Notícias do Planalto, São Paulo, 14/07/2009, Disponível em <http://www.radioagencianp.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=7233&Itemid=43font>

FNE. Federação Nacional dos Estivadores. Licenciamento do Porto do Forno divide Arraial do Cabo. Publicado em 13/07/2009. Disponível em <<http://www.federacaodisestivadores.org.br> >

GILUIANI, G.M. As áreas naturais protegidas e a responsabilidade social e ambiental das empresas: o caso do Mosaico da Mata Atlântico Central Fluminense e do Comperj. Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPR, 16: 21-37, jul/dez 2007. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/11902/8398>>

HEIBRONER, R. O capitalismo do século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

LIMA, C.M. et al. A saúde ambiental e a perspectiva local. Rio de Janeiro: CESTE/ENSP/FIOCRUZ, 2009.

MÜLLER, G. Economia & Ecologia e agricultura sustentável. UNESP, IGCE-DEPLAN, julho de 1999. Disponível em <<http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/publicacoes/TextosPDF/GMuller02.pdf>>

NCPAN. Núcleo de Cultura Política do Amazonas. Democratas contra os trabalhadores no processo de licenciamento ambiental. 17 de Agosto de 2009 – Disponível em <<http://www.ncpam.com/>>

STAHEL, A.W. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, C., (org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez Editora; 1995. p. 104-27. Disponível em <http://www.fag.edu.br/professores/karin/P%F3s%20gradua%E7%E3o%20Auditoria%20e%20per%EDcia%20ambiental/livro_desenvolvimento_natureza.pdf#page=61>

Tempus. Actas em Saúde Coletiva, vol. 4, n. 4, p. 100-110. 2009.

STOTZ, E.N. et al. Processo de Conhecimento sobre Saúde, Meio Ambiente e Desenvolvimento na Relação entre Sociedade Civil e Estado. In: LEAL, M. do C.; SABROZA, P.; RODRIGUEZ, R.H.; BUSS, P.M. (Org.). Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. São Paulo, v. 2, 1992, p. 29-56.

TOLEDO, O.V. Davos: para provocar polêmica, s/data. Texto divulgado na Internet no link <<http://br.groups.yahoo.com/group/jipenet/message/1940>>